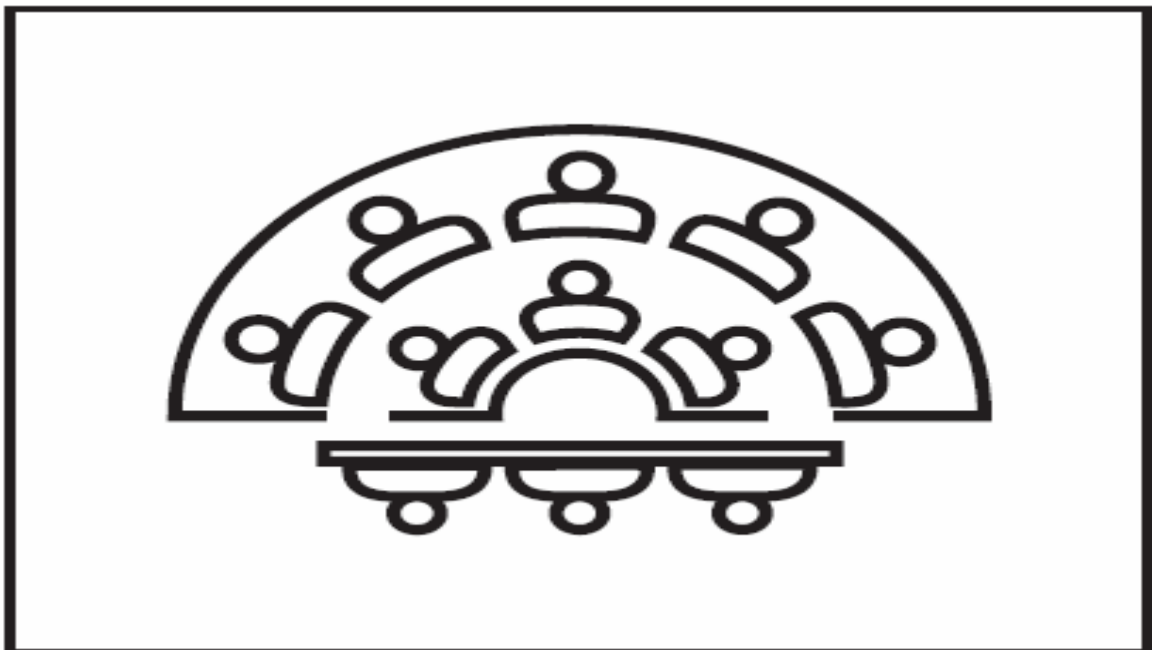




ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO



ACTA N.º 6

**SESSÃO ORDINÁRIA DE
30 DE JUNHO DE 2010**



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e dez, pelas 09h.40m, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a **3.ª Sessão Ordinária de 2010** da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, conforme “**Ordem de Trabalhos**” previamente estabelecida.

I – Período de “Antes da Ordem do Dia”.

II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:

1. **Apreciação da Actividade Municipal – Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara;**
2. **Operação de Saneamento Financeiro:**
 - 2.1. *Plano de Saneamento Financeiro elaborado nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01 (Lei das Finanças Locais) – Aprovação;*
 - 2.2. *Contratação de Empréstimo Bancário para Saneamento Financeiro do Município de Torre de Moncorvo, ao abrigo dos n.ºs 1 e 6 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01 (Lei das Finanças Locais) – Aprovação.*
3. **Deliberação sobre Pedido de Declaração de Interesse Concelhio incidente sobre a construção de:**
 - 3.1. *Empreendimento Hoteleiro, sito em Foz do Sabor, freguesia de Cabeça Boa;*
 - 3.2. *Parque de Diversões Aquáticas, sito em Foz do Sabor, freguesia de Cabeça Boa.*
4. **Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo na Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos.**

III – Período de Intervenção do Público.

-----A presente Sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Alberto Almada Guerra** e Secretariado por **António Alves Salema** e **Beatriz da Luz Souza Fernandes**, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

-----O Presidente da Mesa deu início aos trabalhos cumprimentando todos os presentes, dando de seguida a palavra ao Primeiro Secretário António Alves Salema, a fim de que este procedesse à chamada. -----

-----Estavam presentes, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

Força Política	Nome dos Membros		
Partido Socialista	FAUSTO EDMUNDO TIAGO		
	JOSÉ FRANCISCO MARTINS FEVEREIRO		
	MARIA VITÓRIA ANDRADE LÁZARO		
	ANTÓNIO MANUEL FARIA SOTA		
	ISMAEL JOAQUIM FERREIRA		
	ALTINA DA GLÓRIA LOPES PINTO		
	LUÍS RICARDO REBOUTA MACEDO DA SILVA FERREIRA		
	ANTÓNIO DA CRUZ BARBOSA FILIPE		
		JOSÉ CARLOS CORDEIRO	Presidente da Junta de Freguesia de Açoreira
		ALTINO CARLOS MIRANDA SÁ	Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Boa
		JOSÉ MANUEL MOREIRAS	Presidente da Junta de Freguesia de Cardanha
		JOSÉ MANUEL DOS SANTOS TEIXEIRA	Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais
		ANTÓNIO MANUEL DE CASTRO GONÇALVES	Presidente da Junta de Freguesia de Felgar
		LUÍS ANTÓNIO CARVALHO	Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarça
		PAULO EVANGELISTA BENTO	Presidente da Junta de Freguesia de Mós
		ANTÓNIO MANUEL MIGUEL MENDES	Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Velha
		MARIA DE LURDES MANO PONTES	Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo
	AFONSO HENRIQUE ALAGOA	Presidente da Junta de Freguesia de Urros	



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Força Política	Nome dos Membros	
Coligação Eleitoral PPD/PSD-CDS/PP	JOÃO CARLOS EVANGELISTA	
	ORLANDO MIGUEL JORGE MESQUITA	
	LILIANA ANDREIA DE SOUSA BERNARDINO	
	NUNO MANUEL MARTINS COSTA	
	ADALBERTO MANUEL CORDEIRO COVAS MIGUEL	
	VIVIANA SERRA CARDOSO LEONARDO TEIXEIRA	
	ANTÓNIO MANUEL CAPELA	
	ANTÓNIO JÚLIO ANDRADE	
	LILIANA DE FÁTIMA FIDALGO FERNANDES	
	CARLOS ALBERTO D'ABREU FERREIRA MACHADO	
	GUILHERMINO ESTEVES SOARES	Presidente da Junta de Freguesia de Adeganha
	MANUEL JOSÉ DINIS	Presidente da Junta de Freguesia de Larinho
	FRANCISCO MANUEL TAVARES VARELA	Presidente da Junta de Freguesia de Lousa

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa deu conhecimento dos seguintes **pedidos de substituição**: -----

-----Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua a alínea c) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, fizeram-se representar os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: -----

- O Presidente da Junta de Freguesia de Castedo, senhor Armando da Cruz Ferreira (PS), fez-se representar pela Secretária da citada Junta de Freguesia – **Luísa Maria Pinto Ferreira**; -----
- O Presidente da Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos, senhor Basílio Mário Lázaro (PS), fez-se representar pelo Secretário da citada Junta de Freguesia – **Paulo Sérgio Tiago Branco**; -----
- O Presidente da Junta de Freguesia de Maçores, senhor Luís Amadeu Gaspar (Coligação PPD/PSD-CDS/PP), fez-se representar pela Secretária da citada Junta de Freguesia – **Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto**. -----

-----**Faltou** à presente Sessão a Deputada Municipal Maria do Rosário Patrício (Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras – PS), tendo a Mesa considerado justificada a respectiva falta, face ao solicitado por escrito que entregou no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal. -----

-----Por parte da **CÂMARA MUNICIPAL** estiveram presentes os seguintes elementos: O Senhor Vice-Presidente da Autarquia, Eng.º José Aires, substituindo o Senhor Presidente da Câmara; os Senhores Vereadores em regime de permanência, Eng.ª Alexandra Sá e António Moreira; e o Senhor Vereador em regime de não permanência, Dr. Nuno Gonçalves. -----

-----Passou-se então ao ponto «UM» da Ordem de Trabalhos: -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----O Presidente da Mesa deu nota da diversa correspondência recebida, com o registo número vinte e sete a trinta e oito, cujo mapa foi distribuído a todos os presentes, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal, referenciando uma carta do Senhor Dr. Joaquim Fernando Reboredo e que seguidamente leu na sua íntegra: -----

Joaquim Fernando Reboredo, ex-Director do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Torre de Moncorvo, tendo tido conhecimento de que na última sessão ordinária dessa Assembleia Municipal foram proferidas algumas considerações sobre a minha situação que, no mínimo se prestaram a graves equívocos. Assim, venho encarecidamente solicitar a V. Exa. que, na próxima sessão ordinária que se realiza



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no próximo dia 30 de Junho, seja divulgado na íntegra o teor da presente carta, com o único intuito de esclarecer completamente o assunto: -----

1. Um membro dessa Assembleia ter-se-á referido à minha situação no Município, qualificando-a de "ilegal", referindo que deveria ter deixado de estar ao serviço logo após o despacho que me conferiu aposentação. Mais, a intervenção insere-se na apreciação das contas referentes ao exercício de 2009 e concretamente no que respeita à evolução das despesas com pessoal ... É certo que isso não foi explicitado, mas todas as pessoas com quem tive ocasião de conversar **ficaram com a ideia de que eu continuaria no Município a exercer uma actividade remunerada** ... -----
2. Também a resposta do Senhor Vice-Presidente, não foi muito esclarecedora ... A generalidade das pessoas ficou com a ideia de que não fez mais do que confirmar, justificando-o, **que eu estaria realmente a exercer actividade remunerada** ... Ele próprio me disse, depois da reunião, que pensava que eu continuava a auferir remuneração. -----

Ora, Senhor Presidente, porque a situação tal como foi colocada, não corresponde à verdade, importa esclarecer: -----

- a) Em finais de Dezembro de 2009 foi despachado favoravelmente o meu pedido de aposentação, com 44 anos de serviço; -----
- b) A partir de 1 de Janeiro o Município **deixou de me pagar qualquer remuneração**, visto a respectiva pensão ter passado a ser paga pela Caixa Geral de Aposentações; -----
- c) É certo que poderia ter-me desligado do serviço a partir de 1 de Janeiro de 2010. Mas também percebi que isso iria causar alguns constrangimentos. Assim, disponibilizei-me **para gratuitamente**, dar algum apoio até à data em que fosse concretizada a minha substituição, disponibilidade que foi aceite pelo Senhor Presidente da Câmara; -----
- d) Entretanto decorreu o processo de concurso público para provimento de um Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, mas também é sabido que estes processos são morosos. A candidata que ficou seleccionada no concurso inicia funções no dia 30 do corrente mês. -----

Em conclusão: -----

De facto, desde 1 de Janeiro a finais de Junho, continuei a ir regularmente ao serviço a prestar algum apoio que este precisava. Durante este período em que, legalmente, já estava desligado do serviço, despendi uma boa parte do meu tempo, **mas fi-lo sem auferir qualquer tipo de remuneração**. -----

-----De seguida, o Presidente da Mesa submeteu à apreciação do Plenário a **Acta n.º 5 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 26 de Abril de 2010**, cujo texto fora previamente distribuído, e questionou os Membros presentes se tinham algum reparo a fazer ao teor da mesma. -----

-----Na inexistência de qualquer inscrição para intervenção submeteu-a à votação (estavam presentes 37 Deputados Municipais), obtendo os seguintes resultados: -----

VOTAÇÕES	PS	Coligação PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	19	11	30
Abstenções	4	3	7
Votos Contra	0	0	0

-----Assim, a acta atrás referenciada foi **aprovada por maioria**, com a abstenção dos Deputados Luís Ricardo Ferreira, Maria de Lurdes Pontes, Luísa Ferreira e Paulo Branco (do PS); Orlando Mesquita e Maria Cecília Pinto (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP), com a menção de não terem estado presentes nessa Sessão, e do Deputado Carlos d'Abreu (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP). -----



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente foram abertas as inscrições dos Membros que desejassem intervir no período de “antes da ordem do dia”, intervindo: -----

Deputado Francisco Fevereiro: Desde os primeiros tempos em que eu fui membro eleito e participante nesta Assembleia, que me tenho questionado sobre a possibilidade de suavizar os custos que envolvem o papel que é consumido no envio a todos os Membros deste Órgão, principalmente em todos aqueles documentos pesados tipo prestação de contas. Na generalidade das actas que uns mais que outros se esforçam por tornar pesados, como é evidente, e por acaso desta vez e fruto de me terem enviado o ponto n.º 2 por e-mail surgiu-me uma ideia que passo a explicitar, não como obrigatório, mas como facultativo, e eu nesse caso tomo a iniciativa, porque não serem-me, e eu digo, serem-me enviados todos os documentos que houver possibilidade por via e-mail, com pedido de recibo de entrega, não de leitura, porque se lê ou não lê, se faz o trabalho de casa ou não faz, isso é da responsabilidade de cada participante, mas o recibo de entrega é uma salvaguarda para o funcionário que nesta Assembleia trabalha e é responsável pelo envio da documentação, porque também a mim já me chegou a acontecer parecer-me que me faltava algum documento, não sei se o perdi ou não perdi, mas o facto é que não o tinha. Isto, digamos, teria algumas vantagens: primeiro, economia de custos, como é evidente; segundo, não haveria este tipo de confusão; e há uma terceira vantagem que me ocorre agora, tenho acesso à documentação mais cedo. Outra vantagem é que posso fazer muito melhor o trabalho de casa e passo a exemplificar: as actas são documentos pesados que, se calhar eu leio e há partes interessantes, há aquelas que até me interessa arquivar, digamos, que há um senhor Deputado que diz qualquer coisa que eu amanhã preciso de lho lembrar, eu posso gravar, eu posso fazer arquivo de assuntos, eu posso eliminar aqueles documentos. Se me interessar eliminar todos os passos dos documentos de contas onde se diz quanto deve fulano quanto não deve, quanto tem um funcionário de fundo de maneo, isso são pequenos pormenores que não me interessa e que gastam muitas páginas de papel e consomem-me muito tempo para ir à procura do que realmente interessa, portanto, eu posso apagar e posso tratar os dados, posso preparar os tópicos do meu trabalho de casa, se quiser até posso imprimir para trazer para a Assembleia, portanto, eu acho que não era mau para a Assembleia e para mim seguramente seria melhor. Daí que, e nesse caso como não sou nenhum especialista, digamos, em normas regimentais da Assembleia, tomei a iniciativa de assinar, desde já, uma declaração que entrego na Mesa e que passo a ler: -----

Exm.º. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo. -----

O abaixo-assinado, José Francisco Martins Fevereiro, membro efectivo desta Assembleia, declaro por este meio aceitar que todo e qualquer documento escrito que venha a ser necessário remeter-me, seja substituído por suporte electrónico via e-mail, com pedido de recibo de entrega. -----

-----Se a logística tiver meios, eu avanço desta forma. -----

Deputado Carlos d’Abreu: Ora, antes de mais questionar a Mesa das razões pelas quais tivemos direito a uma segunda convocatória com alteração da data. Isto nunca aconteceu, pelo menos nestes quatro mandatos, e é estranho porque isto não deve acontecer, cada um tem a sua vida e não podemos estar a programar um dia para aqui vir e entretanto sermos desconvidados e a data ser alterada. Portanto, espero que a Mesa justifique as razões pelas quais teve necessidade de alterar a data desta Sessão. -----

-----Por outro lado, através do registo de correspondência recebida pela Mesa, tive conhecimento que ontem mesmo (dia 29 de Junho) se realizou uma Sessão Ordinária da Assembleia Distrital de Bragança. Gostaria de perguntar a quem nos representa junto dessa Assembleia, se nalgum dos pontos da ordem do dia, foi tratado a questão da continuação ou



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não da publicação do Órgão da Assembleia Distrital de Bragança. Como sabem, a Assembleia Distrital de Bragança, criou, talvez há cerca de 30 anos, uma Revista de Cultura. Aliás, a única Revista de Cultura que temos no distrito chamada “Brigantia”, e que nestes últimos anos tem passado por uma série de vicissitudes relacionadas com a dificuldade que alguns Municípios têm em participar na sua publicação. Isto é uma preocupação minha, porque nos outros distritos por onde eu ando há várias Revistas de Cultura, mas no distrito de Bragança só existe essa que nos representa dentro e fora do País e eu colaboro nela também há bastantes anos, o que me preocupa. É claro que a Assembleia Distrital é aquela coisa que nós sabemos, quer dizer, na prática porventura já não existe, porque os distritos também são um morto ao qual ainda não foi feito o enterro desde 1976 com a Constituição, mas gostaria de facto saber se a Revista “Brigantia” é tema de preocupação da Assembleia Distrital ou pelo menos de quem nos representa a nós, concelho de Torre de Moncorvo, nela. -----

-----Por outro lado, quero dizer e denunciar que na Sessão de 26 de Fevereiro deste ano, enderecei por escrito três requerimentos à Câmara Municipal, via Mesa, como é do Regimento, e desses três requerimentos apenas foi satisfeito um, e dos quais continuo a aguardar resposta. Eu solicitava as actas da Comissão de Acompanhamento e Controlo do Contrato de Transferência em matéria de Educação para o Município de Torre de Moncorvo, porque nesse processo avaliam-se as vantagens e as desvantagens dessa transferência e, portanto, não sei qual é a avaliação que se faz neste momento, e gostaria enquanto cidadão de o saber. -----

-----Num outro requerimento, também ainda não satisfeito, eu solicitava documentação relacionada com o projecto do Museu de Arte Sacra. Já aqui questionei o Executivo, pelo menos duas vezes, nas Sessões que entretanto decorreram e até hoje não obtive resposta. Ora, o Estatuto dos Eleitos Locais existe, o Estatuto da Oposição existe e, portanto, eu tenho direito a essa documentação, eu ou qualquer um de nós, e pergunto porque é que a Câmara Municipal volvidos quatro meses ainda não satisfaz esse pedido? Eu costumo há vários anos a esta parte disponibilizar-me se necessário for vir a Torre de Moncorvo e eu próprio reproduzir essa documentação, a expensas próprias, para poder levá-la para casa. Obrigado. -----

-----**Deputado Andrade:** Acerca da carta do Dr. Reboredo, como estão lembrados certamente, eu não questionei o facto de ele ganhar ou não ganhar dinheiro, não foi a minha preocupação. A minha preocupação é legalidade e dignidade. E eu questionei o facto por ter acabado de receber um documento onde ele assinava como Director de Departamento. Foi usurpar funções como Director de Departamento. Das duas uma, ou é legal ou é ilegal. Se é ilegal está a usurpar funções. Foi apenas isto que eu quis esclarecer. -----

-----**Deputado Orlando Mesquita:** Gostava de tecer aqui algumas ideias sobre o projecto apresentado pelo Deputado Fevereiro, nas quais eu parcialmente concordo. De facto eu concordo que o envio seja efectuado para os nossos e-mails. Hoje em dia praticamente é banalizado e, portanto, isso seria uma boa opção, mas concordo que fosse como um complemento, porque acho que não devemos ainda deixar o nosso suporte físico, o papel. Por alguma razão os *E-books* e coisas do género não têm andado até agora pelos menos a vingar. Portanto, além disso é tecnologia que está sujeita a avarias, ninguém me diz que amanhã ou passado o meu computador não possa apanhar um vírus, e durante um largo período de tempo ficar assim impedido de receber a documentação que tenho todo interesse em receber. Por isso, concordo sim que seja feito, mas que seja como um complemento. -----

-----**Deputado Francisco Fevereiro:** O que vou dizer não é nada de resposta, porque isto não é um debate, mas é apenas uma correcção. Exactamente por isso é que eu não fiz proposta nenhuma, simplesmente me disponibilizei e frisei, digamos que o me, me



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disponibilizei. Se houver condições logísticas eu dispenso o papel, se as outras pessoas não dispensam é um problema delas. Isto agora já é a minha opinião, manter o papel e ter o acréscimo do e-mail, quer dizer, eu como voluntário disponho-me a aceitar para reduzir custos, se os outros entendem isto como uma oportunidade para aumentar o trabalho e os custos isso é lá com eles. Mas quero deixar bem claro, eu não propus que ninguém mais o fizesse. -----

-----**Senhor Presidente da Mesa:** Eu próprio relativamente à questão suscitada pelo Senhor Deputado Francisco Fevereiro, é evidente que hoje as tecnologias estão aí e, por conseguinte é absolutamente pertinente a sugestão que dá. Mas, eu creio que temos que ter em atenção a referência que o Senhor Deputado faz sobre o facto do envio de toda a documentação ou da documentação mais importante por e-mail, primeiro que tudo tem que ser uma opção de cada um de nós aceitar, primeiro, porque se calhar nem todos têm a disponibilidade dos meios técnicos e a capacidade de os poder receber e, por conseguinte depois também estamos sujeitos a circunstâncias de avaria como referiu o Senhor Deputado Mesquita. Em qualquer caso, de facto o caminho vai ter que ser esse, mas vamos ver em que medida teremos na própria Assembleia capacidade para poder materializar alguma coisa desta natureza. -----

-----Do ponto de vista de sugestão julgo-a completamente pertinente, ou seja, quem quiser porventura obter o registo por e-mail e ficar com esse registo imediatamente gravado, com a certeza que foi recebido, portanto, para que não fique sobre isso nenhuma dúvida, penso que esse passo poderemos e deveremos dá-lo na medida em que tenhamos essa própria possibilidade. O registo escrito temos que o continuar a manter, pelo menos para o conjunto de todos os Senhores Deputados que não adiram a este processo se porventura ele for materializado. Era este o aspecto que eu queria referir. -----

-----Também agora um pouco em resposta ao senhor Deputado Carlos d'Abreu. Relativamente ao adiamento desta Sessão da Assembleia Municipal, eu próprio tive essa responsabilidade porque me foi solicitado pelo Executivo da Câmara Municipal, razões ponderosas e justificáveis do meu ponto de vista, até porque de facto o adiamento não deverá acontecer por princípio, mas eu próprio acedi e concedi que deveria ser adiado e, portanto, adiou-se a Sessão por dois dias. Bom, é esta a situação, é possível, é materializável, foi essa a minha decisão e, por conseguinte era isto que eu lhe queria dizer. -----

-----Relativamente à reunião da Assembleia Distrital que ocorreu ontem, onde eu próprio estive presente e o Senhor Vice-Presidente da Câmara, a reunião não teve quórum e, por conseguinte ficou adiada sem data, por ora, e não teve quórum porque de facto outras Câmaras não se fizeram representar, e a justificação é só essa. Sobre a questão da Revista "Brigantia" que acho bem interessante daquilo que conheço, por conseguinte não sabia que era assim, mas se é uma publicação que tem assento neste Órgão, que eu próprio não conheço ainda esta realidade, faz todo o sentido que dada a qualidade da Revista, dentro das possibilidades orçamentais que possam existir, a Revista deva prosseguir. Tem todo o mérito e é muito interessante. -----

-----Relativamente à questão dos requerimentos que solicitou à Câmara, por conseguinte um foi satisfeito, dos outros dois não tenho ainda conhecimento mas vou perguntar ao Senhor Vice-Presidente do Executivo, se porventura há alguma justificação para este facto. -----

-----**Deputado Orlando Mesquita:** Voltando ainda à conversa dos e-mails, isto não há respostas nem contra-respostas, nem nada que se pareça. Uma vez que a opção que eu apresentei trás muito trabalho, eu não vejo que seja assim tanto, meia dúzia de cliques e trinta e tal pessoas estão a receber imediatamente tudo, mas apresentava aqui uma proposta que



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

penso que reduziria bastante às despesas que estão a ser efectuadas. Porque não fazer, como complemento, mandar para os nossos e-mails, o suporte de papel continuar a existir, e em vez de mandarem registada com aviso recepção, porque não como registo simples. Se não for levantada é devolvida, é porque não é do interesse da pessoa em receber. -----

-----**Senhor Presidente da Mesa:** A Lei é uma exigência que faz por ora que o registo seja, de facto, com aviso de recepção. -----

-----**Deputado Carlos d'Abreu:** Caro colega Presidente da Mesa. Se o meu amigo considerou as razões apontadas pelo Executivo Municipal para adiar a data da Sessão, se considerou essas razões importantes poderia transmiti-las a esta Assembleia, porque se foram importantes para o Presidente da Mesa, eu terei interesse em conhecê-las para saber se também são importantes para mim e para nós. Portanto, penso que não custa nada aqui divulgar essas razões, e estranho porque razão é que está tão renitente em fazê-lo. -----

-----Relativamente à proposta do nosso conterrâneo e amigo Francisco Fevereiro a proposta não é inédita, meu caro Francisco não viestes descobrir a pólvora. Há vários anos que ando a defender isso. É evidente que hoje em dia o correio electrónico, e não esse palavrão que utilizas para aí que eu não conheço na minha língua, é uma ferramenta imprescindível para quem trabalha. Naturalmente que os mais antigos terão porventura um pouco mais de dificuldade em lidar com ela do que os mais jovens, e eu digo isto para acautelar uma eventual decisão que aqui se venha a tomar quanto a isso. -----

-----Agora comentando as sugestões. É evidente que há situações com grandes volumes documentais como ainda aconteceu na última Sessão com as Contas de Gerência, etc., que manusear todo esse papel a nós próprios nos causa alguma dificuldade, e a utilização regular do correio electrónico podia vir, digamos, agilizar algumas situações. Também como aqui já foi dito, isso pode trazer alguns problemas àqueles que não manuseiam com facilidade, que não se acostumaram ainda a essa ferramenta, à sua utilização, problemas com a dificuldade em recepcionarmos a documentação por essa via que por vezes há avarias e que não chegam. É claro que também há meios legais para provar se a recepção foi feita ou não, inclusive a própria leitura se assim o desejardes. É claro que isso não funciona sempre e não funciona tão bem como nós gostaríamos, mas eu estou de acordo que se utilize cada vez mais esse meio para contactarmos uns com os outros, não é só da Assembleia para nós, mas nós também para a Mesa da Assembleia, e resolvia-se o problema depois nós não termos de estar a imprimir a documentação em casa, porque poupamos essa despesa ao Município é certo, e nós temos essa obrigação de colaborar na redução das despesas, mas temos que o imprimir nós, a menos que se criem condições para cada um de nós ter aqui um computador portátil. Isso não me parece difícil porque alguns de nós dispõem dessa máquina e que certamente não cria problema em trazê-la aqui, era preciso adaptar a sala por forma para que pudéssemos ligá-la à corrente. Mas, também me parece que tendo o Governo da República criado há 3 ou 4 anos um programa de um computador para todos os alunos, que se estendesse esse programa aos autarcas. Então, e porque não, propor ao Governo da República que colabore com as autarquias no sentido de mandar o “Magalhães” para aqui para cada um de nós? E esse portátil está aqui no lugar de cada um, e quem quiser usa e quem não quiser não usa. É claro que o melhor seria sensibilizar os membros desta Assembleia para que usassem, e promover formação a quem o desejasse e quem necessitasse. De facto é por aí que temos que ir. -----

-----Aproveito para trazer aqui um outro assunto sobre o qual me tenho mantido calado nestes últimos anos, mas que é tempo de denunciar. De quando em vez a Câmara Municipal, por proposta de entidades deste concelho e até de fora do concelho que editam livros, adquire



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte da edição a preço de custo. Há cinco anos atrás, a Comissão de Festas da Lousa, homenageou um escritor deste concelho, não é da vila e por isso os da vila não o conhecem, é da Lousa, Manuel de Jesus Pinto (João da CHELA), que publicou um opúsculo sobre o assunto. A Câmara Municipal decidiu adquirir algumas dessas publicações a preço de custo, um euro por exemplar, passaram cinco anos e apesar da Comissão de Festas através da Junta de Freguesia da Lousa, não do actual Executivo mas que herda tudo e por isso tem responsabilidade nessa matéria, reiterar que lhe seja pago esse valor de 200,00 €, e foi através da Junta de Freguesia porque a Comissão de Festas de então não tinha número de identificação de pessoa colectiva, a verdade é que até hoje não foram pagos os 200 exemplares que adquiriu e nem sequer foram devolvidos, o que também já foi solicitado, o que eu acho estranho. Quer dizer, os senhores aceitaram adquirir parte da publicação, passados cinco anos não pagaram a publicação apesar de reiteradamente isso ter sido solicitado, e não devolvem a publicação. Fica aqui a informação aos colegas. -----

-----**Senhor Presidente da Mesa:** As nossas reuniões acontecem nos períodos em que acontecem, e eu com rigor e dada a minha própria formação, e acreditem que eu gosto de ser rigoroso, mas às vezes concedo ou eu próprio me distraio, mas de facto nós temos que cumprir com rigor o nosso Regimento, e sobre este ponto sejamos rigorosos cada vez mais hoje e no futuro. Isto significa que, não vale a pena que o senhor Deputado ou outros senhores Deputados, quem quer que seja, sucessivamente estejamos a pisar aquilo que existe e que devemos cumprir. É evidente que o Presidente da Mesa na circunstância tem o dever de dizer e chamar a atenção, interromper, fazer parar, alterar essa situação. O uso da palavra, não se esqueça mais senhor Deputado, estamos a falar das regras do uso da palavra no período de antes da ordem do dia. A verdade é que o artigo 22.º do nosso Regimento diz: *“Ao Presidente caberá definir, equitativamente, o tempo de intervenção de cada orador inscrito, em função do número destes, não devendo, cada interveniente, exceder 5 minutos e por uma só vez”*. Nós temos uma hora, eu aquiesci, conversámos aqui na Mesa uma vez que o período de uma hora não estava esgotado, pudesse haver lugar a algum excesso para além dos 5 minutos que cada um tem. Por conseguinte, eu peço a todos que no futuro procuremos nisto ser rigorosos. Se acontecer alguma coisa de absolutamente excepcional que justifique um alargamento de uma qualquer intervenção ela fará sentido e será admitida e será benquista, mas o princípio não é esse, o princípio é vermos respeitar exactamente os períodos e os prazos e os tempos que temos todos para este efeito. -----

-----**Deputado Nuno Costa:** O assunto que queria trazer à consideração desta Assembleia tem a ver com informações, não sei se oficiais ou oficiosas, mas que se comentam e até parece que já chegou à Imprensa, é a questão das ambulâncias do INEM. As ambulâncias do INEM irão sair ou não de Moncorvo? Mais uma vez, este Governo PS, para o nosso Distrito, dá o helicóptero mas depois tira as ambulâncias, fecha as Urgências abre uma Consulta Aberta, e é uma questão importante que nós devemos aqui debater e ter a noção clara que é bastante grave caso as ambulâncias do INEM saiam do nosso Concelho. -----

-----Terminadas as inscrições, o Presidente da Mesa passou então ao ponto «DOIS» da Ordem de Trabalhos: -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1. — APRECIACÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----*Presente o documento sobre a actividade do Executivo, o qual faz parte desta acta, em anexo.* -----



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Abertas as inscrições, intervieram: -----

-----**Deputado Francisco Varela** (Presidente da Junta de Freguesia da Lousa): Em relação a um ponto que eu questionei na Assembleia de 26 de Fevereiro, sobre as fossas da Lousa, o Senhor Vice-Presidente da Câmara respondeu-me e passo a citar: *logo que o tempo permita, em colaboração com a Junta de Freguesia, podemos prolongar esse emissário mais para a parte jusante das hortas e daquele local.* A questão que se põe é que já estamos realmente no início de Julho, o tempo já permite há algum tempo, aliás, também já falámos pessoalmente sobre o assunto, mas gostava que o Senhor Vice-Presidente definisse aqui realmente o início dessas obras. -----

-----Relativamente à instalação da antena TDT, na Lousa, que por despacho da Câmara Municipal foi autorizado tal e por aquilo que eu sei foi autorizado tacitamente, porque passou o prazo dos trinta dias que tinham para responder à questão, e a qual a Assembleia de Freguesia deliberou por unanimidade a inviabilização da instalação. Por esse motivo, já na anterior Sessão da Assembleia Municipal, perguntei ao Senhor Vice-Presidente quais eram as contrapartidas relativamente à sua colocação, e como até agora não obtive resposta gostava também que me respondesse a esta pergunta. Obrigado. -----

-----**Deputado Nuno Costa**: Duas considerações acerca do relatório. Diz aqui que foram executados trabalhos de pintura interior e arranjo da cobertura no Edifício dos Paços do Concelho. Alguma vez o Executivo pensou em colocar painéis solares neste edifício? -----

-----Refiro mais uma vez, a última Assembleia foi em Abril, e aumentou em um milhão e oitocentos mil euros o total da situação financeira. Neste momento o total a instituições bancárias e dívidas a fornecedores vai nos dezoito milhões e seiscentos mil euros. Isto equivale a vinte e dois milhões de euros de passivo, mas abordaremos já a seguir no ponto dois a situação financeira da autarquia. -----

-----**Deputado Carlos d'Abreu**: Não posso deixar de voltar a questionar o Presidente da Mesa, porque razão é que não partilha connosco as razões pelas quais aceitou adiar a Sessão. -----

-----E quanto a este relatório e passando em revista reparo que há aqui um projecto aprovado no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Douro para Beneficiação de Estradas Municipais. Pergunto ao Executivo que faça o favor de nos dizer quais são as estradas que irão ser beneficiadas? -----

-----Por outro lado, diz aqui, encontra-se em execução o Museu de Arte Sacra, e eu continuo a perguntar, desde há vários meses a esta parte, o que é que é exactamente o Museu de Arte Sacra, onde se vai instalar e que acervo é que vai reunir? -----

-----Refere-se também à Ecopista do Sabor, 2.ª fase. Pergunto, essa 2.ª fase até onde é que vai ou de aonde a onde, e se aquela ideia peregrina do Presidente da Câmara de a levar até ao Pocinho se se mantém em vigor? -----

-----Refere-se também a trabalhos que decorrem de limpeza e deservagem de bermas, taludes e valetas das estradas municipais e, eu pergunto, não obstante ser de toda a autoridade que esse trabalho se faça, se não devia ter já começado há mais tempo, porque o verão está aí, as questões de incêndios florestais também têm sido aqui tratadas, aliás, na última Sessão o Executivo alertou-nos para uns fogos controlados que por aí se iriam fazer e que se fizeram, que eu vi o fumo. -----

-----Por outro lado, fala-se na recuperação da Praia Fluvial da Foz do Sabor. É uma praia que pelos vistos apesar dos barragistas dizerem que as barragens controlam tudo, cheias e tudo o resto, a que recuperação se refere? É à das águas? E já agora aproveito para perguntar como é que estão as análises das águas para banho nessa zona. -----



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Depois refere-nos um concerto pela Orquestra Ligeira do Exército que eu não tive o prazer de assistir, porque não tive conhecimento dele. Ora, eu tive conhecimento porque essa notícia foi veiculada por alguns jornais, à posteriori, como é normal, e disse para os meus botões como gostaria de ter estado presente e, pensei, será que o protocolo não exigiria que eu tivesse tido conhecimento? Talvez não, faz parte da actividade municipal regular, corriqueira, quotidiana, mas agora vejo essa actividade aqui no relatório de actividades da Câmara Municipal. Se ela está aqui porque não deram essa informação atempada? Eu não quero um convite gratuito, mas que tenha conhecimento dessas actividades para poder desfrutar daquilo que por aqui se faz ao nível da cultura. -----

-----Pergunto ao Executivo Municipal, apesar de não haver referências neste relatório, o que é que sabe sobre a localização da travessia do IP2 no Douro? Eu vejo as obras avançarem até ao Pocinho, de Sul para Norte, mas, até hoje ainda não consegui descobrir qual é a solução que os responsáveis das estradas apontam. Certamente que os Concelhos envolvidos terão sido ouvidos ou estarão a ser ouvidos sobre essa matéria. -----

-----Por outro lado, também gostaria de perguntar ao Executivo, como é que está o processo daquela proposta para criação de um parque eólico ou da ampliação do parque eólico, sobre o nosso jazigo de ferro de Moncorvo. -----

-----E agora, por fim, falo-vos de economia, geralmente por cá costuma falar-se em econometria. Ando eu há vários anos a denunciar ou a tentar contrariar as teses de muita boa gente que por aqui está de que as barragens não trazem nem desenvolvimento nem emprego, mas infelizmente enterram a cabeça na areia e todos sabem isso, pelo menos nós os mais velhos vimos construir outras, na região e no concelho, e sabemos o emprego e o desenvolvimento que elas trouxeram. Pelo menos no que me toca a mim directamente só trouxeram destruição e prejuízo, e se quiserem dou-vos exemplos concretos e pormenorizados. Mas, agora é a comunicação social que profusamente divulga uma notícia que diz e tem como título o seguinte: *Desemprego no distrito de Bragança não desce apesar das novas estradas e barragens*. Então, afinal, a barragem é uma falácia, porque se diz aqui que os desempregados inscritos nos Centros de Emprego passou de menos de seis mil no início de 2009, para mais de sete mil em Abril de 2010, e que o concelho de Torre de Moncorvo apresenta a mais alta taxa de desemprego no distrito – 18%. Então como é que justificais isto? Onde é que está o emprego que a barragem trazia para toda a gente? Contrariais estes números? Eu já aqui este ano civil perguntei ao Presidente da Câmara, onde é que ele entrava para defender o protocolo que dizia que essas grandes obras teriam que empregar uma percentagem considerável de gente da região. Porque é que o não faz? Os senhores já perguntaram ao Governo, àqueles que vêm ao beija-mão aqui, aos tais bichos caretos a que eu me referi que nos vêm roubar e sugar a riqueza da nossa região, já lhes perguntaram porque é que não cumprem com isso? Porque é que o não fazem? É vossa obrigação denunciar, porque vós defendestes a barragem desde a primeira hora. Então onde é que está o desenvolvimento? Onde é que está o progresso? Onde é que está o emprego? -----

-----**Deputado Andrade:** Eu como sou dos defensores da barragem desde a primeira hora, não quero discutir esses assuntos, penso que não será o momento próprio. Agora eu acho que o grande problema da nossa região é exactamente a desertificação, e só há uma forma de combater a desertificação física e humana que é construir barragens e charcas de apoio à agricultura. Se não há emprego é porque não há agricultura, e eu conheço bem a realidade do mundo rural, posso dizer que 99,9% dos habitantes das nossas aldeias são reformados, portanto, não são agricultores, ao contrário do que as pessoas dizem haverá em cada aldeia,



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se calhar um ou dois indivíduos que até estão colectados como agricultores e que são efectivamente agricultores. E é em nome realmente do possível progresso que é preciso fazer essas charcas, porque se um indivíduo precisar de ter água para regar umas plantas, pode comprar uma cisterna, mas não tem onde a encher, ao passo que se o Executivo se preocupasse efectivamente em fazer uma charca aqui outra acolá, beneficiava a região, beneficiava a paisagem, porque de futuro será muito importante que as Câmaras comecem a encarar o mundo rural como encaram hoje o mundo urbano e os jardins públicos. -----

-----**Senhor Vice-Presidente da Câmara:** Vou procurar responder às questões que aqui foram colocadas e que dizem respeito à actividade municipal. -----

-----Começava pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lousa. Eu pensei que com a minha visita à Lousa as coisas ficassem esclarecidas, mas acho que então fui perder lá uma manhã a falar com o Senhor Presidente da Junta. Quer dizer, fui à Lousa, fomos os dois ao local porque da primeira vez que eu estive na estação de tratamento o Senhor Presidente da Junta por questões pessoais não pôde estar presente, esteve o anterior Presidente da Junta com quem estivemos lá no local, e expliquei-lhe que estas questões de emissários e de órgãos de tratamento são precisos licenciamentos e, portanto, o prolongamento desse emissário é obrigatória a regularização junto da ARH – Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P., e esse trabalho foi preciso primeiro vê-lo e, depois, também fazer um pequeno estudo para se poder licenciar, como foi e ainda está em fase de licenciamento as próprias fossas sépticas da Lousa há mais de um ano nessa ARH do Norte e, portanto, é um processo que está em curso. Também expliquei que, inclusivamente pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, todos esses pequenos órgãos de tratamento vão ser substituídos por pequenas estações de tratamento de águas residuais urbanas (PITAR's), como já foram nalgumas aldeias, noutras irão ser executadas também durante o corrente ano e, até 2013, penso que o concelho ficará coberto. Essa situação do prolongamento é uma situação que não a chamaria de emergência, mas de minimização das condições actuais. -----

-----A questão da antena. A antena foi licenciada pela Câmara que tem os direitos sobre os licenciamentos, tudo o resto depois serão questões entre a empresa e quem se opuser a que se faça o trabalho, o processo estava correcto, a Câmara licenciou e, portanto, aí não tem mais nada a fazer. Se há uma questão entre a Junta e a própria empresa terá de ser dirimida entre eles. A Câmara não tem quaisquer contrapartidas, aquilo é um serviço público como foi o das antenas dos telemóveis, e agora essa até é para a implementação da televisão digital terrestre também aqui no concelho. -----

-----O Deputado Nuno Costa falou aqui na questão do aumento do défice da Câmara. O que eu lhe posso responder é que aumentou num lado e diminuiu no outro e, portanto, já o anterior valor que estava aqui eram dezassete milhões e quatrocentos mil euros, se não era, era aproximado. -----

-----Quanto ao Deputado Abreu: -----

-----A questão das estradas municipais já pedi a listagem e daqui a pouco poderei dar-lhe essa informação. -----

-----A Arte Sacra, portanto, o Museu iniciou-se, não está concluído, tudo o que quiser saber sobre Arte Sacra e que também já pediu por escrito, há-de ser-lhe respondido. Agora escusa de perguntar todos os dias pelo Museu de Arte Sacra, porque quanto tivermos uma resposta concreta dar-lha-emos. Está preocupado quem é o Director do Museu ou quem vai ser? Na devida altura essas coisas virão aqui. -----

-----A Ecopista, 2.ª fase, vai do Carvalhal a Carviçais. Haverá uma 3.ª fase, Moncorvo ao



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pocinho. E há outros Municípios em conversações com a REFER para continuá-la até Duas Igrejas. -----

-----As limpezas deviam ser mais cedo, os recursos da Câmara em termos de equipa que faz isso são limitados, tem outros trabalhos para fazer inclusivamente aqui na vila e nas zonas periféricas da vila em questões de deservagem e, portanto, já fez a zona toda da Portela, anda na zona da Lousa, há-de concluir na Horta da Vilariça, e depois segue para a freguesia de Adeganha e terminará o concelho. Há outras estradas que já tiveram essa intervenção, no caso Souto – Carvalhal, como estão a fazer Urros – Peredo, e é evidente que devíamos chegar a Junho e estar tudo limpo. Este ano, como sabe, foi um ano que choveu muito, toda a gente se queixa, principalmente os agricultores e, portanto, há trabalho a fazer e estamos a fazê-lo como nos compete. Eu pensei que o senhor Deputado ao passar nas estradas nacionais e noutros locais de outras entidades também se preocupasse com isso, também têm erva e são nacionais, inclusivamente a Rede Eléctrica Nacional e outras empresas também têm obrigações nessa matéria. -----

-----A travessia do Douro também não lhe posso dar uma resposta concreta. Desconheço. A nossa opinião já a emitimos e a Assembleia sabe que é aproveitar o máximo possível do traçado existente, melhorando-o. Foi sempre essa a posição da Câmara evitando que fossem interferir com o Vale da Vilariça, porque havia outros traçados alternativos e nós defendemos perante as Estradas de Portugal, melhorar o que existe, apesar de eles não serem muito sensíveis a isso por causa da cheia milenar. -----

-----O parque eólico há um entendimento recente na Direcção Geral de Energia e Geologia, que foi estabelecido entre a empresa que está a fazer prospecção mineira e a EUFER, empresa que tem a concessão do parque eólico e, portanto, não há nada que possa inviabilizar neste momento o parque eólico. Este assunto vai ser agendado para a reunião do Executivo dia 9 de Julho e, depois, a partir daí esse documento será público. -----

-----Quanto à questão das barragens, isso deixava para uma Assembleia que um dia quisessem marcar, porque há muita coisa a discutir sobre as barragens além dessa nota de imprensa ou desse artigo dos 18%. Sobre isso não me vou pronunciar. -----

----- 2.º Período -----

-----**Deputado Francisco Varela** (Presidente da Junta de Freguesia da Lousa): Em relação à questão das fossas, é verdade que estivemos lá os depois e vimos realmente por onde passaria o emissário. Eu pus a questão porque é bom que fique aqui na Assembleia Municipal. Aliás, já lhe tinha dito isso. -----

-----Em relação à antena, a questão é se devia a Câmara Municipal antes de dar um despacho favorável pôr a questão à Junta de Freguesia. Isto porquê? Porque vai acontecer futuramente noutras freguesias a Vodafone ou qualquer outra empresa pede à Câmara para instalar uma antena, a Câmara possivelmente não liga ao assunto, passam os trinta dias como aconteceu agora e a antena é instalada e, portanto, não há um parecer da Junta de Freguesia, a freguesia não tem voto na matéria. É isso que eu questiono. -----

-----**Deputado Andrade**: O Senhor Vereador falou num programa de tratamento de águas residuais para as freguesias e, eu pergunto, se está prevista alguma intervenção para tirar os maus cheiros no Largo do Larinho? Maus cheiros provocados pelos esgotos que correm a céu aberto. -----

-----**Deputado Carlos d'Abreu**: Quanto à questão da antena relacionada com a televisão digital terrestre que querem implantar na Lousa, num sítio que eu conheço muito bem, a Câmara através do seu representante fincou que, licenciou, a empresa tem o direito em



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

implantá-lo, mais ou menos isto. Mas é curioso, quando lá colocaram a antena de telecomunicações aqui há uns anos atrás, e deve-se lembrar bem disso porque eu denunciei aqui a situação, aliás, escrevi à Câmara Municipal a perguntar se tinha licenciado a dita e a Câmara Municipal disse-me que não a tinha licenciado, e ainda me disse muito mais nesse ofício, que ia levantar um processo de contra-ordenação à empresa pelo facto de ter implantado ilegalmente a dita e que ia exigir que fosse retirada, e a antena ainda hoje lá está, a freguesia não ganha nada com aquilo, e está implantada em terrenos de domínio público da freguesia. É um bocado estranha essa forma de dizer, quer dizer, uma implantou-se sem licença e continua lá, a outra está licenciada com oposição da Junta de Freguesia, e a Câmara Municipal diz que é um assunto que tem de ser dirimido entre a Junta e a empresa. A Câmara Municipal tem responsabilidades nessa matéria, pois claro que tem, e mesmo que seja correcto aquilo que diz tem a obrigação, pelo menos moral, de colaborar na resolução do problema. -----

-----Museu de Arte Sacra, a seu tempo saberá, foi a sua resposta. Pois é, só que para além de eu já ter perguntado e há quatro meses ter feito um requerimento a pedir essa informação, os senhores não me responderam dizendo assim: quando tivermos o dossier completo, enviamo-lo. Portanto, no mínimo justifiquem o atraso, porque eu tenho direito a essa informação. -----

-----Limpeza das bermas dos caminhos vicinais. Pois é, sim senhor, é desejável, é importante, é exigível que assim se faça. Espero é que já tenha dado instruções aos funcionários da Câmara Municipal que trabalham nessa área para terem cautela com as árvores protegidas por lei e que costumavam ser abatidas e arrancadas. E aproveito para contar aqui uma história que o meu amigo conhece bem mas que os colegas não sabem. Aqui há dois ou três anos, começaram esse trabalho na Lousa, e entraram-me numa propriedade e abateram-me dois sobreiros, quer dizer, eu ando a plantá-los, para os podar tenho que pedir uma licença, e a Câmara Municipal deu-se ao luxo de entrar na minha propriedade, que azar a Câmara teve. Portanto, espero que tenha servido de exemplo e que tenha dado instruções aos funcionários da Câmara para as cautelas que têm que ter, no mínimo, naquilo que são árvores protegidas por lei. E sabe que o Tribunal me deu razão, porque eu apresentei uma queixa contra a Câmara Municipal, visto que passaram três meses e não me respondeu para explicar as razões pelas quais me fez aquele prejuízo. -----

-----Estradas nacionais, limpeza. Pois é, se são nacionais, não são vicinais, se são ou não são nacionais a Câmara Municipal à partida não tem responsabilidades directas, mas tem responsabilidades, portanto, se defende as grandes obras no concelho também tem que assumir responsabilidades, no mínimo, lembrar a entidade Estradas Nacionais do Distrito por um lado, mas sobretudo os empreiteiros que danificam os pavimentos. A Câmara Municipal tem obrigação com regularidade lembrar a esses senhores que têm que ir repondo o piso, que não podem deixar que as crateras alarguem, isso acontece com muita regularidade ali em baixo naquele troço do IP2, quer dizer, aqueles remendos têm que ser mais consubstanciais. Mais, e têm que ser regulares, porque quando um cidadão atravessa o nosso concelho, ele porventura não estará preocupado em saber se a estrada é nacional ou se é do concelho. Sabe que está no concelho de Moncorvo e está bastante perto da vila e, aliás, ele é obrigado lá a passar hoje, obrigado entre aspas, para poder aceder à vila pela variante rápida, porque entretanto a estrada nacional começou a ser também desprezada, o que não devia no meu entender, quer dizer, que as alternativas para os automobilistas acederem à vila passam cada vez mais pela variante, e muito bem. Agora para chegarem à variante têm que atravessar aquele troço da estrada nacional, ou do IP2, e vejam em que estado é que se encontra, ou que



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se tem vindo a encontrar. Aqueles remendos não são suficientes. A Câmara Municipal tem que exigir aos empreiteiros que danificam o piso a sua conservação. -----

-----Relativamente à travessia do IP2, no Douro, quer dizer, diz-me que a Câmara Municipal defende que se deve aproveitar o mais possível o traçado existente. Pois é, mas o traçado existente hoje tem uma travessia que é o coroamento da barragem do Pocinho que não me parece suficiente para um itinerário principal, não pela sua estreiteza, mas pelas curvas que lhe dão acesso, porque é uma via tortuosa antes e depois de se chegar a essa travessia. Eu acho que, se a Câmara Municipal fez uma proposta não custava nada dar-nos conhecimento dela aqui, porque eu também posso opinar sobre o assunto, há um caminho natural de há milénios a atravessar o Douro entre o norte e o sul, e toda a gente sabe qual é, quer dizer, é o Monte Meão, é o Vale da Vilariça. Agora se vão construir uma ponte a montante da Foz do Sabor, isso vai obrigar à construção de uma outra no Sabor, ou será que no contra-embalse está previsto que o seu coroamento sirva também para a travessia? Pergunto, qual é a proposta que a Câmara Municipal faz ou tem feito para a travessia? -----

-----Não se referiu à questão da Foz do Sabor – as análises das águas. Eu pergunto isto porque é uma questão que nos preocupa há muitos anos, toda a gente sabe que durante muitos anos se defendeu aquela zona como praia, só que as águas nunca estiveram apropriadas para banhos, ou raramente estiveram para banhos. -----

-----Agora estranho também como é que a Câmara Municipal através do seu representante diz que, não faz comentários relativamente àqueles dados estatísticos que eu lhe mostrei e que dizem respeito ao desemprego que grassa aqui no nosso concelho, não obstante estar aqui a construir-se aquela grande obra que os senhores sempre defenderam. O senhor acha que é um assunto de lana-caprina? -----

-----**Deputado Francisco Fevereiro:** Como sempre vou procurar ser breve, embora haja pessoas que têm total desprezo pelo tempo dos outros Deputados e, nomeadamente depois de serem admoestados pelo Senhor Presidente da Mesa para não transgredir as regras, isto demonstra um total desprezo pelos outros e aproveitamento para dizer em introdução que tenho vergonha de pertencer a uma Assembleia com tais membros, portanto, e se isto está relacionado com a actividade municipal já o estaria antes, porque é em jeito de resposta, principalmente porque eu fui um dos principais ou pelo menos defendendo a construção da barragem. -----

-----Duas pequenas considerações. Eu penso que as pessoas devem falar do que sabem e daquilo que vêem. Não se pode falar daquilo que dizem os que não estão cá. E eu respondo, em termos de emprego eu lido com a barragem, sou fornecedor da barragem, se não fosse a barragem provavelmente os meus empregados estariam no desemprego, porque eu já não lhes podia pagar. Neste momento o emprego deles foi melhorado, auferem melhores vencimentos, têm mais capacidade de trabalho. -----

-----No âmbito da minha actividade de prestador de serviços ao consórcio executante da barragem, eu vou ao escritório entregar facturas e todas as pessoas que estão na recepção de facturas da parte da contabilidade são de Moncorvo; No tratamento das facturas estão dois funcionários do quadro da empresa – admitiram um novo e é de Moncorvo; Na recepção que vão fazer aos materiais os ajudantes que vão com o camião são de Moncorvo; Na empresa de segurança todas as pessoas que foram admitidas são de Moncorvo; electricistas; mecânicos; e não há mais porquê? Porque se calhar temos dois problemas connosco, a mão-de-obra de Moncorvo se calhar não preenche os requisitos do que é exigido e nós sabemos que eles dão prioridade às pessoas de Moncorvo, agora o que eles não podem é evitar que haja uma secção



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de recursos humanos que avalia os currículos e haja aptidão para os cargos que eles necessitam, porque os custos são altos, os custos são apertados, as pessoas têm que rentabilizar as actividades e ter os melhores recursos. -----

-----Agora o que é que se passa? É evidente que, se o desemprego não baixa há seguramente pessoas que melhoraram o emprego, que estavam mal empregadas e que estão melhor empregadas; Há pessoas que não tinham emprego de primeiro emprego e que foram seleccionadas e que estão a trabalhar; Temos seguramente muito mais empregados, temos seguramente muita mais riqueza que fica no concelho. Mas, como membro da Assembleia Municipal vou averiguar se o empreiteiro geral consegue fornecer-me para trazer para esta Assembleia uma listagem de todas as contratações que fez a pessoas naturais ou residentes, principalmente residentes no concelho de Moncorvo. Isto para rematar o quê? Senhor Presidente, Senhores Deputados! Devemos falar do que sabemos. Ninguém é génio que possa saber de tudo para falar sobre tudo, particularmente o senhor Deputado Carlos Machado, ou Abreu, ou como é. Eu fui aqui atacado por dizer um palavrão que é o *e-mail*. Mais de metade dos portugueses o dizem, mais de metade dos franceses, provavelmente, não sei, provavelmente mais de metade das pessoas do mundo o dizem. Este palavrão passará ao dicionário tal e qual o *chauffeur*, a *toilette*, o *soutien*, todas essas palavras passaram ao dicionário e esta vai passar com certeza, porque é mais cómoda de pronunciar do que correio electrónico. Mas eu não sei nada de português, eu sei aquilo que digo e é muito importante as pessoas saberem o que dizem, porque quem não sabe o que diz, pode saber muito português, pode saber tudo, mas nunca chega a saber o que diz. Isso é que é grave. -----

-----Só para remate, e agora a jeito do tal português, o que está aqui escrito na actividade municipal é, *decorrem os trabalhos de limpeza*, não diz iniciaram-se os trabalhos de limpeza. Mais uma *gaffe* do senhor Deputado Carlos, porque ele criticou a Câmara porque é que só iniciou agora. Porque é que as pessoas não falam do que sabem, e quando falam vêm cá, andam por cá, e não vêm trazer à Assembleia assuntos levantados por pessoas que não vêm cá, que analisam números nos papéis. Não é assim que se fazem as coisas, é no local. Quando falamos da barragem, quando falamos do desemprego, vamos à obra e ponto final. ----

-----**Deputado Manuel Sota**: Queria aqui chamar a atenção de dois pontos: primeiro, é sobre a ecopista que devido às chuvadas está quase intransitável, em quarenta ou cinquenta metros antes de chegar à estrada do Larinho é impossível quase andar de bicicleta. Da Zona Industrial para cima até ao Sr. Fernando Bento, torna-se também impossível pois há um carreiro de 10 ou 15 centímetros. Se aquilo é feito para praticar certos desportos, deve haver o cuidado de ter a pista como deve ser. -----

-----Segundo ponto, na Zona Industrial, naquela parte nova, há um circuito que foi emprestado ou alugado à REN, isso não interessa. Sei que os carros entram para lá e não contornam o circuito, vêm pela esquerda, já vi mais que uma vez, a mim e ao Sr. Salema já aconteceu ter que nos desviarmos para evitar problemas. Assim, chamava a atenção para ser colocado ali um sinal de sentido proibido para eles serem obrigados a contornar aquela pista. Obrigado. -----

-----**Deputado Orlando Mesquita**: Em defesa da honra deste Órgão gostava de dirigir aqui algumas palavras Senhor Presidente, porque isto não pode passar impune ou pelo menos temos que começar a respeitarmo-nos mais um bocadinho. Das palavras que ainda há pouco o Deputado Fevereiro proferiu, acho que são pouco dignas para serem ditas aqui. Se ele tem vergonha deste Órgão, aquela porta está aberta, ninguém o prende aqui e faça o favor saia. Já não é a primeira vez que o Senhor Deputado Fevereiro tem este tipo de atitude. Já imaginou se



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nós tivermos o mesmo tipo de atitude que o Senhor tem quando um Deputado do nosso lado tem esse tipo de declarações. E como o Senhor reage? Senhor Deputado Fevereiro, não pense que isto é pessoal ou contra o Senhor, mas de vez em quando o Senhor Presidente da Mesa também tem um bocadinho de culpa no cartório nesse aspecto, desculpe que lho diga, porque já várias vezes chamou a atenção do Deputado Carlos d'Abreu de algumas situações, e não vejo da outra parte, ao Senhor Fevereiro e outros do género, a fazer nenhum tipo de anotações nesse sentido. O Senhor Deputado Fevereiro disse que tem vergonha de estar aqui, Senhor Presidente, eu tenho grande honra em estar aqui e fico triste quando ouço esse tipo de observações. Obrigado. -----

-----**Senhor Presidente da Mesa:** Eu queria dizer o seguinte porque me obrigam a dizer isso. Nesta altura eu tenho para mim que as Bancadas presentes nesta Assembleia têm tido as suas intervenções de uma forma respeitosa e clara, em geral. E eu com toda a frontalidade porque tenho essa qualidade para o poder fazer e dizer, tenho que dar a palavra a todos os senhores Deputados e tenho que respeitar à exaustão, é essa a minha função, aquilo que é dito. Todavia, há um respeito mínimo que eu já pedi a todos que estabelecêssemos como metas pessoais, porque isto depois entra no campo do insulto daquilo que é fora do contexto político. Ora bem, e eu não vejo, confesso que não acompanho aquilo que disse relativamente ao Senhor Deputado Francisco Fevereiro, porque a intervenção que ele disse “*que tem vergonha de pertencer a esta Assembleia*”, foi num determinado contexto relativamente a determinados aspectos muito concretos que são ditos, não tem que ver com o visado que eu próprio me sentiria ofendido como as Bancadas do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD–CDS/PP. Por conseguinte, não é esse o princípio, ele é absolutamente respeitador e é muito claro naquilo que diz. -----

-----Agora e eu vou dizer isto com toda a frontalidade Senhor Deputado Carlos d'Abreu, de facto, este é o Órgão, o Senhor não deve dirigir-se a mim nem aos Senhores Deputados desta Assembleia *mascando uma pastilha elástica*. O princípio não é esse, é uma questão de educação. Respeite o Órgão e ouça com atenção. Da mesma forma que já uma vez lhe ouvi aqui dizer que o Senhor aderiu e apoiava suponho que era a ETA ou coisa que lhe valha. Por conseguinte, ao contrário daquilo que o Senhor está a dizer, eu confesso que era a última coisa que gostava de dizer nestas circunstâncias, e vou ficar por aqui. -----

-----Quero dizer a todos de uma vez por todas. Sejam duros e incisivos, a política é isto e o Senhor tem todo o direito, como temos todos, de questionar o Executivo pondo-lhe todas as questões com clareza, reiterando, e ninguém das outras bancadas tem o direito de se ofender quando não é pisado o risco. Por conseguinte, que seja esta a última chamada de atenção que eu faço a todos os membros da Assembleia, em especial ao senhor Deputado nesta circunstância, por este facto tão só. -----

-----**Senhor Vice-Presidente da Câmara:** Esclarecendo melhor a questão da autorização para instalação de estação de radiodifusão TDT, na freguesia da Lousa. -----

-----Esta Câmara deliberou por unanimidade solicitar parecer da Junta de Freguesia, e a Junta de Freguesia entendeu que os dados não eram suficientes nem conclusivos para um parecer definitivo na matéria em questão, decidiu levar o assunto à Assembleia de Freguesia, tendo a Assembleia de Freguesia deliberado por unanimidade a inviabilização da instalação. ---

-----Contudo nos termos da Lei a Câmara não é obrigada a consultar a Junta de Freguesia, que fique bem claro isso, fê-lo por uma questão de cortesia, e não havendo lugar à consulta às entidades que, nos termos da Lei, devem emitir parecer, autorização ou aprovação relativamente à instalação, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 11/2003 que



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regula a autorização municipal inerente à instalação das infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações, o Presidente da Câmara Municipal decide sobre o pedido no prazo de 30 dias a contar da data da recepção do pedido, nos termos do n.º 8 do mesmo artigo. -----

-----Nos termos do artigo 8.º do mesmo diploma, o deferimento tácito e constitutivo de direitos, dá-se: decorrido o prazo referido no n.º 8 do artigo 6.º do presente diploma sem que o Presidente da Câmara se pronuncie, o requerente pode iniciar a colocação das infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações, mediante a entrega prévia de requerimento em que solicite a emissão da guia de pagamento das taxas devidas. -----

-----A requerente solicitou a emissão da guia de pagamento das taxas devidas à instalação da estação de radiodifusão TDT, e o assunto foi deferido por despacho do Senhor Presidente da Câmara. -----

-----A questão das estradas municipais é assim: uma já está executada que foi a pavimentação do acesso a Martim Tirado entre a estrada nacional e a escola primária. Agora há a estrada rural entre a EN 220 e as Quintas das Peladinhas; o troço da pavimentação da Estrada da Foz – Cilindro; a Estrada do Rêgo da Barca; Açoreira – Maçores; e Maçores – Ligares. -----

-----Depois contou a história dos sobreiros dizendo que invadiram a propriedade, aquilo até estava num talude da estrada como você bem sabe, e a questão nem foi a Tribunal, foi um acordo entre a Autoridade Florestal Nacional, eram dois sobreiros de dois metros no meio das giestas, quer dizer, sejamos sérios em vez de andar aqui a fazer romances. Eu sei que tem jeito para a escrita, por exemplo, e na política gosta de fazer estas exibições, pensa que isto é a Assembleia da República, mas eu penso que não, isto aqui é uma Assembleia Municipal onde as pessoas vêm tratar de assuntos municipais e não a fazer romances de coisas em que perdemos tempo, não falamos do que devemos e depois falamos de outras coisas de interesse nenhum para o caso, e portanto, sobre a questão dos sobreiros não vou falar. -----

-----A questão da travessia do Douro ainda está em estudo, neste momento o Executivo não tem conhecimento onde é. -----

-----A questão das análises da água da Foz do Sabor são feitas nalguns pontos do rio Douro, do rio Sabor e até da Ribeira, a Câmara paga essas análises quando devia ser a Administração Central para poder argumentar a questão da praia da Foz do Sabor, e 95% dessas análises são consideradas dentro daquilo que são o conjunto de valores de referência para a classificação como zona balnear. Acontece que o processo de designação de zonas balneares, é da competência da Autoridade de Saúde, da Comissão de Coordenação e da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território, e a Foz do Sabor não foi classificada como zona balnear apesar do relatório do Delegado de Saúde e das análises apontar para a prática balnear. De qualquer maneira continuamos a monitorizar as águas da praia da Foz do Sabor, local onde as pessoas têm ali uma zona de recreio e de lazer. -----

-----Depois falaram aqui em maus cheiros e que a ecopista tem lá uns buraquinhos, e penso que isso durante o dia e durante a hora normal de expediente podiam fazer chegar ao Executivo, não é preciso vir aqui à Assembleia. A Câmara está aberta todos os dias, o munícipe pega no telefone ou até preenche lá um formulário que diz, passa-se isto. Eu não tenho nada na Câmara por escrito, a não ser o que me está a dizer agora que isso aconteceu, ou que isso se passa. O que eu posso dizer em relação aos esgotos do Larinho, portanto, em termos daquilo que eles consideram em alta que são as estações elevatórias, 80% foram centralizados numa estação elevatória que depois são elevados e são tratados conjuntamente



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com os da Zona Industrial e Carvalhal aqui na ETAR de Moncorvo. Há um pequeno troço na zona a seguir ao tanque de lavagem de umas ruas que não são apanhadas, não conseguiram e não têm cota para serem captadas nesse reservatório para depois serem elevados, a Águas de Trás-os-Montes tem conhecimento disso e vão fazer mais uma estação elevatória que representará 15% do volume de esgotos total da aldeia. Portanto, podemos dizer que 85% dos esgotos já são tratados em Moncorvo, estando a estudar esse assunto dos esgotos que não têm tratamento que vai dar a uns lameiros por uma rua onde era a antiga casa da família Ramiro Salgado, mais a rua do senhor do leite das ovelhas que ele era condutor, e agora não sei o nome. Quando falou em maus cheiros às vezes há uma caixa que entope, um colector, e isso são questões da actividade diária do Município entre outras pequenas manutenções e reparações e, portanto, penso que a Assembleia Municipal deve dedicar-se a questões mais estruturais para o futuro do Município. -----

-----**Deputado Dinis** (Presidente da Junta de Freguesia do Larinho) – *Ponto de Ordem*: É para responder aqui ao Senhor Presidente em exercício, que não tem conhecimento do que se passa no Larinho. Por acaso eu estou a tratar disso com a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, porque quando me dirijo à Câmara ou a algum funcionário responsável, eles dizem: isso é com a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Portanto, 90% do Larinho não está encaminhado nem para a estação de tratamento de água nem para a estação de bombagem. Senão, vejamos: as únicas ruas a ser encaminhadas para a estação de bombagem no Fundo do Lugar, é a Rua do Pinhal do Rei Velho e Rua da Cruz. A Rua da Lameira não foi encaminhada porque as águas estão misturadas, as águas pluviais e o saneamento. A parte alta do Larinho não tem cota pelo menos não está a ser encaminhada, portanto, entre 80% a 90% não está a ser tratada, e a estação de tratamento que o senhor António Júlio disse está constantemente a verter porque a bombagem não entra em funcionamento, tendo já dado conhecimento disso à Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Junto mesmo à minha porta está uma torre respiratória que quando as bombas entram em funcionamento ninguém pode estar na rua, e a Águas de Trás-os-Montes já sabe disso. Agora existe um tubo rebentado junto à torre respiratória que quando as bombas estão a puxar a estrada fica inundada. Também já dei conhecimento disso à Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, portanto, nós estamos a tratar disso, mas não nos ligam, não quero dizer que seja desprezo, mas não nos ligam muito. Mas, de futuro vou dirigir-me directamente ao Senhor Presidente em exercício. Obrigado. -----

-----**A Assembleia Municipal ao abrigo da competência prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tomou conhecimento da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a recente Actividade Municipal.** -----

PONTO 2. — OPERAÇÃO DE SANEAMENTO FINANCEIRO:

- 2.1. *Plano de Saneamento Financeiro elaborado nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01 (Lei das Finanças Locais) – Aprovação;*
- 2.2. *Contratação de Empréstimo Bancário para Saneamento Financeiro do Município de Torre de Moncorvo, ao abrigo dos nºs 1 e 6 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01 (Lei das Finanças Locais) – Aprovação.*

-----**O Vereador da Câmara Municipal Sr. António Moreira** usou da palavra para referir: “O Executivo solicita que este ponto seja retirado da Ordem de Trabalhos, mas temos uma explicação a dar e até um pedido de desculpas, porque foi precisamente por causa deste ponto que solicitámos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que a reunião passasse do dia 28 para o dia 30 de Junho. Portanto, daí a explicação que se exige. -----



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Foi aprovado um saneamento financeiro ao Município de Torre de Moncorvo. Entretanto, decorrendo disso foi contratada uma empresa que está a trabalhar nas contas do Município. Acontece que isto foi num período que os mercados financeiros estavam excessivamente conturbados, e à primeira vista a empresa de auditoria achou que até sete milhões de euros seria suficiente para fazer face ao saneamento financeiro, e fizeram-se as consultas aos bancos para um empréstimo nessa base. Podem dizer assim, mas eles podiam ter esperado que o estudo estivesse mais avançado para indicar o respectivo número, mas volto a repetir, não o fizemos porque os mercados estavam realmente muito conturbados, nós sabíamos que havia muitas Câmaras que estavam a tentar empréstimos junto da banca e não o conseguiam, portanto, daí o termos avançado e preparámos as coisas para que nesta Assembleia já viesse o estudo de saneamento financeiro e o respectivo empréstimo. Ora, com o desenrolar do estudo viu-se que embora não fosse o número que eles até achassem mais conveniente, mas era um número suficiente para fazer face ao saneamento financeiro conforme a Lei exige, resolvemos então passar o pedido para 9,5 milhões de euros. Quando passamos o pedido para 9,5 milhões de euros, podíamos de imediato ter suspenso o outro de 7 milhões de euros, mas aqui havia um risco, é que ao avançarmos com o pedido de 9,5 milhões e suspendendo o de 7 milhões, e depois não houvesse ninguém a cotar, ou seja, se não houvesse nenhum banco a concorrer ao pedido de financiamento, tínhamos uma situação muito grave, não teríamos nem um nem outro empréstimo. Como a abertura das propostas era na Segunda-feira (dia 28), tínhamos que aguardar para saber o ponto da situação. O ponto da situação foi que houve uma instituição bancária que realmente concorreu para os 9,5 milhões de euros, e isso já nos permite solicitar a marcação de uma Assembleia Municipal até ao final do mês de Julho, de maneira a tratar este assunto calmamente com o estudo de saneamento financeiro dos auditores e com o respectivo pedido de financiamento. Por isso, pedimos desculpa por termos solicitado o adiamento da reunião e depois não concretizarmos aqui o pedido por motivos que nós pensamos que são favoráveis à Câmara. -----

-----**Senhor Presidente da Mesa:** Este ponto por conseguinte não tem discussão, o ponto é alusivo de adiamento que a Câmara faz. Entretanto, a justificação de alguma maneira aponta para a bondade da minha própria decisão de adiamento pelos dois dias que o Senhor Vereador acabou por justificar. Eu dar-lhe-ia Senhor Deputado esta explicação, mas foi muito mais pertinente e muito mais cabal ouvi-la como acabou de ouvir. -----

PONTO 3. — DELIBERAÇÃO SOBRE PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE CONCELHIO INCIDENTE SOBRE A CONSTRUÇÃO DE: -----

3.1. Empreendimento Hoteleiro, sito em Foz do Sabor, freguesia de Cabeça Boa; -----

3.2. Parque de Diversões Aquáticas, sito em Foz do Sabor, freguesia de Cabeça Boa. -----

-----*Foram submetidos à apreciação da Assembleia Municipal os documentos sobre o assunto em epígrafe, os quais foram aprovados na reunião de Câmara realizada no dia 21 de Junho de 2010, e os quais fazem parte desta acta, em anexo.* -----

-----O Vereador da Câmara Municipal Sr. António Moreira fez uma breve apresentação do assunto em epígrafe: “O interesse municipal que aqui se exige, depois a empresa e os proponentes têm contrapartidas imediatas como é lógico. Nós pensamos é que no futuro, o Município/concelho irá ter contrapartidas desde que estas iniciativas vão para a frente, e é por isso que nós apoiamos este tipo de investimentos no nosso concelho”. -----

-----Abertas as inscrições, intervieram: -----

-----**Deputado Carlos d’Abreu:** Se bem entendo neste ponto três da ordem de trabalhos, nós temos dois documentos, duas propostas, duas votações, porque temos duas sociedades



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ou duas empresas e cada uma *per si*, até porque as informações são distintas, têm números de entrada diferentes, mas, é curioso que a justificação é igual, quer dizer, há uma transcrição *ipsis verbis* de um documento para o outro. São empreendimentos distintos, empresas distintas, e a justificação técnica é igual, o que me parece estranho pelo menos tecnicamente, estranho por estarem incluídos no mesmo ponto. Bom, depois alguém terá oportunidade de clarificar esta situação. Mas, concretamente quando estes senhores destas empresas e proponentes da construção destes empreendimentos nos solicitam a classificação de interesse concelhio incidente sobre as respectivas construções, quais são exactamente as contrapartidas práticas que essas empresas vão ter se nós aprovarmos estas propostas? É que, se bem me lembro, e acho que me lembro bem, o parecer técnico da CCDRN levantava algumas dúvidas quanto a alguns aspectos de impacte ambiental negativo, nomeadamente o facto de interferir com a Zona de Classificação do Douro Vinhateiro – Património Mundial, etc., etc. Mas, concretamente o que eu gostaria de saber para além daquela explicação se são dois empreendimentos e porque é que têm a mesma justificação, se vamos votá-los juntos ou não e, mesmo enquanto cidadão me interessa, quem sabe se amanhã ou passado eu não vou ter interesse em solicitar também uma declaração deste tipo, portanto, tenho todo o interesse em saber exactamente o que é que ela em termos práticos releva para uma empresa que se quer instalar no nosso concelho. -----

-----**Senhor Vice-Presidente da Câmara:** São dois processos que estão a decorrer, são duas sociedades, não sei se estão ligadas entre uma e outra mas em princípio penso que sim, mas são duas sociedades, portanto, são dois processos distintos, um Hotel e um Parque de Diversões. Os projectos estão em fase de pedidos de parecer a diversas entidades, e entendemos todos no Executivo que é uma coisa também rara no nosso Município, no interior do País, que alguém venha a investir alguma coisa sem tentar fazer uma parceria com o Município, e sendo de capitais privados e pela postura dos investidores e do dinheiro já investido até agora e, por se tratar de dois projectos relevantes para o Município a serem construídos seria algo inédito aqui e em muitos quilómetros em redor e, portanto, para nós é um processo exemplar que até hoje não pediram um cêntimo ao Município nem nenhuma facilidade, têm tratado tudo de forma profissional e privada, entendemos que era relevante conceder a isenção do IMI conforme a Lei faculta, e propor à Assembleia esta isenção que pensamos ser de inteira justiça. -----

-----**Senhor Presidente da Mesa:** De facto, porque se trata de duas empresas porventura complementares mas com dois projectos apesar de tudo diferentes, serão votados em separado. -----

2.º Período -----

-----**Deputado Carlos d'Abreu:** Para além daquelas considerações que teci há uma outra que eu não referi há pouco, é que introduziram no documento que nos foi distribuído um excerto da Lei n.º 159/99, o artigo 20.º, e o artigo 20.º em concreto refere-se à capacidade que nós Municípios temos para classificar imóveis conjuntos ou sítios, monumentos, aliás, o título do artigo é precisamente – património, cultura e ciência. Ora, eu gostaria de perguntar à Câmara Municipal, porque conhece o projecto melhor do que eu, onde é que se enquadra esse projecto ou esses dois projectos nestas questões. Estes projectos vão desenvolver cultura em que área? Estes projectos vão desenvolver ciência em que área? Este projecto vai ser um monumento ou com capacidades para vir a ser classificado como património de algum modo? -

-----**Senhor Vice-Presidente da Câmara:** A Lei é um conjunto de autorizações de transferência de competências para os Municípios. Essa do IMI não está aqui referenciada, o



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Imposto Municipal sobre Imóveis e das transacções onerosas é uma Lei tributária, é uma Lei diferente. Isto aqui no global o que refere são competências, mas o Município e a Assembleia têm outras competências em termos tributários. O que está aqui em causa é a isenção do IMI, está aqui a proposta e foi isso que eu expliquei, se o investimento, o hotel e o parque de diversões, todo esse conjunto de infraestruturas na área do Turismo são ou não relevantes para o Município. O Município entende que é relevante, a Assembleia entende ou não. A opinião do Executivo, por unanimidade, foi entendido que são dois empreendimentos relevantes e até inéditos em muitas centenas de quilómetros em redor, até pelo volume de investimentos que a concretizar-se transformaria também o concelho de Torre de Moncorvo nessa área em que está muito carenciado em termos de hotelaria, como todos também têm conhecimento, e acrescentei que tratando-se de um investimento privado é um exemplo, porque normalmente aqui no nosso concelho, sejam loteamentos, etc., há sempre parcerias entre o privado e o Município para que as coisas possam ter algum desenvolvimento e, portanto, até agora essas sociedades têm tratado da compra dos terrenos, do investimento nos projectos, na consulta às entidades, etc., têm levado isso sem estar a ocupar o tempo e a pedir um cêntimo ao Município, e dado o volume e até a qualidade dos projectos apresentados, o Executivo, por unanimidade, decidiu conceder-lhes a isenção do IMI, como isentamos um casal jovem quando é da compra de uma habitação, o que já aconteceu. Portanto, isto é um poder que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal têm, podem utilizar esta forma de benefício, que é o que está aqui em causa, se entenderem que esses projectos são ou não relevantes. São projectos na área do Turismo, são projectos de capitais 100% privados. -----

-----**Deputado Carlos d'Abreu:** Não foi essa a questão que coloquei ao Executivo. -----

-----**Senhor Presidente da Mesa:** O Senhor Vice-Presidente deu as explicações que entendeu. Eu vou-me permitir uma vez mais, por favor não se ria que estas coisas são sérias, sabe. Isto é de facto importante, a actividade privada, o investimento privado para este concelho como para tantos outros é fundamental. O Senhor Vice-Presidente explicou que é um direito, é uma prerrogativa que têm as empresas, que tem um casal jovem porventura com problemas. Senhores Deputados, vamos passar à votação. -----

-----Colocado à votação o Ponto 3.1 (estavam presentes 37 Deputados Municipais), obteve os seguintes resultados: -----

VOTAÇÕES	PS	Coligação PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	23	13	36
Abstenções	0	1	1
Votos Contra	0	0	0

-----**A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, deliberou por maioria, considerar de interesse Concelho o Empreendimento Hoteleiro designado por “Douriuns Resort Hotel & SPA”, que TIAGO ANTÓNIO FERREIRA MARTINS BESSA pretende construir em terreno de que é proprietário, sito em Cabanas de Baixo, freguesia de Cabeça Boa.** -----

-----**O Deputado Orlando Mesquita** fez a seguinte declaração de voto, em nome da Bancada da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP: *“Achando que são dois projectos altamente dinamizadores do Turismo, e que além disso e ainda mais primordial serão dois projectos que irão criar novos postos de trabalho, achamos por bem apoiar e aplaudir esta iniciativa. Por isso, o nosso voto favorável”.* -----



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O **Deputado Carlos d'Abreu** fez a seguinte declaração de voto: *“Eu abstive-me nesta votação, não porque esteja a pôr em causa as boas intenções destes projectos que aqui estão a ser apresentados, mas porque lamentavelmente ao contrário da intolerância de algumas pessoas aqui, eu não cheguei a saber e a perceber se esses projectos incluíam em si alguma vertente cultural, científica, patrimonial, considerando este excerto legal que nos foi aqui apresentado. Daí o ter-me absterido, porque não fiquei esclarecido”*. -----

-----Colocado à votação o Ponto 3.2 (estavam presentes 37 Deputados Municipais), obteve os seguintes resultados: -----

VOTAÇÕES	PS	Coligação PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	23	13	36
Abstenções	0	1	1
Votos Contra	0	0	0

-----A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, deliberou *por maioria*, considerar de interesse Concelhio o Empreendimento Turístico designado por *“Recinto de Diversões Aquáticas Foz do Sabor”*, que **SOFIA DANIELA FERREIRA MARTINS BESSA** pretende construir em terreno de que é proprietária, sito em Cabanas de Baixo, freguesia de Cabeça Boa. -----

-----O **Deputado Orlando Mesquita** fez a seguinte declaração de voto, em nome da Bancada da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP: *“Pelas mesmas razões”*. -----

-----O **Deputado Carlos d'Abreu** fez a seguinte declaração de voto: *“Pelas mesmas razões e mais alguma, é que o Aquaparque podia vir a desenvolver actividade científica como chegou a ser proposto por alguém aqui há alguns meses atrás que era criar, por exemplo, um fluvial”*. -----

PONTO 4. — PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO NA JUNTA DE FREGUESIA DE PEREDO DOS CASTELHANOS.

-----Foi submetido à apreciação da Assembleia Municipal o protocolo sobre o assunto em epígrafe, o qual foi aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 16 de Abril de 2010, e o qual faz parte desta acta, em anexo. -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da Câmara** fez uma breve apresentação do assunto em epígrafe: Este protocolo assinado entre a Junta de Freguesia e o Município diz respeito à limpeza das estradas municipais que atravessam aquela freguesia, mas tem uma particularidade dado que também nessa freguesia houve a possibilidade de aproveitar duas pessoas da mesma família e que são pessoas algo problemáticas. Não queria nem vou falar aqui em nomes, mas são pessoas residentes na freguesia que têm alguns comportamentos podemos dizer desviantes e, portanto, a grande preocupação do Presidente da Junta de Freguesia foi que transmitindo um sentimento que existia na população, essas pessoas se não tivessem uma ocupação regular e não estivessem a trabalhar, tinha algum receio que pudesse haver algumas questões comportamentais nessa área, e então pensando nisso propôs a realização deste protocolo entre as duas autarquias, e como são pessoas que estão a receber o Rendimento Social de Inserção, houve esta possibilidade através do Centro de Emprego a assinar um Contrato de Trabalho para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente, e a Junta de Freguesia garante duas unidades de trabalho permanentes. -----

-----Foi feito um estudo, portanto, para a limpeza desses 20 quilómetros de estradas municipais, mais o equipamento que é necessário, moto roçadoras, fatos de trabalho, etc., foi



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estabelecido o montante de 200,00€ por quilómetro, num total de 4.000,00€, e o protocolo irá vigorar até 31 de Dezembro do corrente ano. -----

-----Abertas as inscrições, intervieram: -----

-----**Deputado Dinis** (Presidente da Junta de Freguesia do Larinho): Eu queria que me informassem o porquê de ser só o Peredo dos Castelhanos e não ser alargado a todas as freguesias, porque todas as freguesias têm cidadãos com essas condições. O Larinho só tem dois quilómetros, mas dava pelo menos para enquadrar mesmo através do Centro de Emprego ou do Rendimento Mínimo Garantido. Portanto, no meu entender era alargar esses protocolos às Juntas de Freguesia do Concelho. -----

-----**Deputado Carlos d'Abreu**: Eu vou comentar o texto que nos é aqui proposto e só no final é que me referirei ao dado novo que a Câmara Municipal aqui trás relativamente a ele. Era assim que eu tinha preparado a minha intervenção. -----

-----Ora, protocolos de transferência de competências para as Juntas de Freguesia, sim senhor, provavelmente os autarcas das freguesias acolherão com bom grado este tipo de transferências. Concretamente este refere-se à transferência para a freguesia de Peredo dos Castelhanos de uma verba para a conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos, e refere-nos os itinerários e as distâncias que eles compreendem: -----

- Troço Urros/Peredo dos Castelhanos numa extensão de cerca de 8 Kms; -----
- Troço Peredo dos Castelhanos/Pocinho numa extensão de cerca de 12 Kms. -----

-----Ora, de Urros ao Peredo são seis quilómetros; do Peredo ao Pocinho são nove quilómetros; como seis e nove são quinze, a 200,00€ por quilómetro, faz 3.000,00€. Temos aqui 1.000,00€ porventura a mais, e desses 3.000,00€ segundo as distâncias que eu contabilizo com regularidade (não fui lá confirmar mas passo por lá), é preciso não esquecer e sem estar aqui a defender porque não sou procurador da Açoreira e porventura o meu parente e amigo José Carlos Cordeiro também não me pediu coisa nenhuma, porventura ele próprio também não terá dado conta que essa via do Peredo ao Pocinho chega à Ponte da Ribeira e deixa de pertencer ao Peredo, quer dizer, que metade deste percurso dos nove quilómetros ou cerca disso, pertencem ao termo da Açoreira. -----

-----Agora, vamos ao anexo introduzido aqui pela Câmara Municipal, através do seu Vereador substituto legal do Presidente, que diz que a principal razão deste protocolo foi o interesse em integrar dois cidadãos desintegrados porventura. Não temos nada também contra isso. Agora, eu pergunto. Então mas porque é que isso não está explícito no protocolo? É que só agora é que me confronto com essa novidade, porque ao receber esta documentação e lê-la, eu nunca imaginei que fosse isso que estivesse em causa. Aplaudo a ideia e espero que estas transferências venham a ocorrer também com as outras freguesias. Agora, por favor, já não é a primeira vez, já na Sessão anterior isto aconteceu com situações similares relativamente a duas freguesias, do documento dar-nos uma informação e quando chega o momento da Câmara Municipal introduzi-lo aqui vem alterar completamente o texto e o motivo inerente àquele que nós recebemos impresso em casa e isto não me parece bem. Havia alguma coisa a esconder? Assim como não teve problema nenhum em aqui dizer qual era o principal motivo deste protocolo, porque é que o não disse no protocolo? Da outra vez transferia verbas, nós a pensar que era por um motivo, afinal era por dívidas que tinham com essas Juntas de Freguesia, quer dizer não percebo esta falta de rigor porventura de transparência, porque não vejo razões para se omitirem estas coisas, porque tanto uma razão como outra são razões louváveis e que nós certamente apoiaremos todos. -----

-----**Deputado Guilhermino Soares** (Presidente da Junta de Freguesia de Adeganha): A questão



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deste protocolo quando o vi pareceu-me de facto que era uma belíssima ideia. Contudo, estranhei que, de facto, por uma questão de princípios de equidade na gestão do território municipal, todas as Juntas de Freguesia não fossem convidadas, pelo menos, a terem uma oportunidade a aderir a um tipo de protocolo como este. Sem dúvida que de início pensei que efectivamente fosse uma descentralização de competências, digamos assim, já que como se viu na actividade municipal há alguma dificuldade em a Câmara responder à obrigatoriedade de realizar a limpeza das estradas municipais, e isso compreende-se. Eu vivo um problema que é a Estrada 611, que como nós dizemos ali aquilo é um autêntico barril de pólvora, com o fluxo de trânsito que hoje se multiplicou por muitos e muitos, qualquer cigarro ali vai ser um drama. Espero bem que isso não vá acontecer e, portanto, isto seria uma forma muito boa das Juntas de Freguesia mais próximas dos locais resolverem estes pequenos problemas, minimizando assim o risco contra Incêndios. -----

-----Pelos vistos há aqui uma componente que se acresceu a este protocolo que também entendo de muito mérito, que é de facto também na área social se aproveitar esta descentralização para as Juntas e dar alguma actividade a pessoas que de alguma forma sejam mais carenciadas quer de uma forma quer de outra. Portanto, em suma só fico um pouco admirado que de facto tenha aqui pecado o princípio da equidade em termos das outras freguesias e em termos de concelho no seu total. -----

-----**Deputado Andrade:** Ao longo destes anos tenho aqui visto, pronunciado e votado sobre muitos protocolos com as Juntas de Freguesia. Queria apenas manifestar o desejo de algum dia ver assinar algum protocolo semelhante com uma Junta que seja de outra cor diferente. É um desejo. -----

-----**Senhor Vice-Presidente da Câmara:** Sobre as questões e a principal apesar da explicação que eu dei, esta iniciativa não partiu do Município, partiu do Presidente da Junta em ocupar essas pessoas, e então uma das formas como aqui também já foi dito que a Câmara não tem capacidade de dar resposta na limpeza das estradas municipais dentro daquilo que seriam considerados prazos razoáveis, pelas suas limitações também que tem, esse Presidente da Junta preocupado com essa situação que se vivia na freguesia, até porque uma dessas pessoas (não queria acrescentar mas obrigam-me a dizer) é um ex-recluso que acabou o seu tempo, levou-o a pensar como poderia ocupar esse indivíduo. Isso nasceu, estudou-se o assunto, fizeram-se contas e chegámos a este preço de 200,00€ por quilómetro. -----

-----Agora o que eu posso dizer às questões que me colocaram, é que desde que os Senhores Presidentes de Junta tomem a iniciativa, o Executivo está aberto a estabelecer protocolos com qualquer Junta de Freguesia nesta matéria de limpeza de caminhos, principalmente das estradas municipais, dentro daquilo que foi acordado com esta Junta de Freguesia do Peredo dos Castelhanos. -----

2.º Período

-----**Deputado Guilhermino Soares** (Presidente da Junta de Freguesia de Adeganha): Não tenho dúvidas que com este tipo de protocolo há uma descentralização de competências e, portanto, é por aí que teremos de caminhar, e quando eu referi que nesta altura já é altura muito quente, eu e se calhar o meu colega da Cardanha será sensível também, aliás, nós já conversámos sobre isso e somos ambos sensíveis e, portanto, ambos temos interesse em resolver essa situação e, portanto, nesta altura se tivéssemos esta oportunidade de ter um protocolo destes teríamos de certeza a Estrada 611 já resolvida. De qualquer forma os meus parabéns a estas iniciativas e, se assim é desde já a freguesia de Adeganha será um parceiro em protocolos deste tipo. -----



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Deputado Carlos d'Abreu:** Mas meu caro Vereador, continuo sem saber quais são os argumentos do Executivo Municipal para não plasmar essas razões sociais neste protocolo. Se este assunto é trazido aqui, é para eu ou qualquer um de nós, enfim, questionar no sentido de ser esclarecido. Como eu disse, trazia o assunto estudado de uma maneira para intervir, mas com a introdução dessa novidade por parte da Câmara Municipal, enfim, isto alterou as regras do jogo todo, quer dizer, e eu insisto, porque razões é que o Executivo Municipal tem tanta relutância, tanta dificuldade, em nos protocolos plasmar as razões todas e mais algumas, e sobretudo quando a razão principal, isso são palavras suas, não está aqui explícita. -----

-----**Deputado Francisco Varela** (Presidente da Junta de Freguesia da Lousa): Em relação a este ponto eu penso que esta ideia não é nova. Na Lousa, já em anos anteriores, nós pedimos ao Centro de Emprego que nos desse pessoas que estão no Rendimento Mínimo Garantido para fazer este tipo de trabalho, só que realmente a Câmara nunca fez nenhum protocolo (que eu saiba) com a nossa Junta de Freguesia. -----

-----Na semana passada, em reunião com o Senhor Vice-Presidente, também disse que realmente ia pedir essas pessoas para fazer esse tipo de trabalho, mas nunca me falou neste tipo de protocolo e podia ter falado, e podia fazer também este protocolo para este ano, porque realmente nós temos lá os caminhos todos cheios de erva e eu não estou a ver este ano como é que vamos resolver o assunto. -----

-----**Senhor Vice-Presidente da Câmara:** Esta questão que estamos aqui a tratar só diz respeito às estradas municipais, e a Câmara com a sua equipa anda a limpar essencialmente as estradas municipais que é essa a sua obrigação. Os caminhos rurais, agrícolas, etc., são as Juntas de Freguesia que têm que o fazer. Agora por iniciativa própria as Juntas de Freguesia também podem candidatar-se a esses programas do Centro de Emprego desde que tenha gente do Rendimento Social de Inserção na sua freguesia. No caso da Lousa até tem porque eu conheço, há ali um diferencial que tem que se pagar que não é muito, mas que depois as pessoas postas a trabalhar é rentável, sai mais barato que uma jeira, dão é alguma preocupação porque precisam sempre de alguém em cima deles para que façam o trabalho ou estipular-lhes metas. -----

-----No protocolo essa questão de integração social não foi relevada, porque entendemos que não valia a pena estar a tornar uma coisa pública num protocolo a dizer que isto é feito por motivos de uma pessoa. Acho que as pessoas independentemente dos actos que tenham cometido, as pessoas cumprem as suas penas para com a sociedade e depois de as cumprirem cabe-nos a nós sociedade também tentar integrar essas pessoas e não pô-las de lado. Existe, também, como sabe, uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e nós mantemos a privacidade das pessoas. As pessoas não são identificadas, fala-se em números, estatísticas, as famílias são trabalhadas e isso fica onde deve ficar porque é essa a obrigação ética desta Comissão, e até os próprios acordos que as Comissões estabelecem com as famílias, há acordos em determinadas áreas que a família tem que cumprir, e depois a Comissão tem que prestar esse apoio e, portanto, isso é tudo muito suavizado nesses acordos. Foi o que se fez aqui, porque o fundamental disto é o objecto do protocolo, e o objecto do protocolo é a limpeza das estradas e caminhos municipais e, portanto, esse é que é importante para as Juntas de Freguesia, o resto é uma questão que eu tentei explicar porque é que nasceu esta ideia. Esta ideia nasceu no Presidente da Junta confrontado com essa situação que pode ser e deve ser estendida a todas as Juntas de Freguesia que o queiram assinar. -----

-----Colocado à votação (estavam presentes 36 Deputados Municipais) obteve os seguintes resultados: -----



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

VOTAÇÕES	PS	Coligação PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	22	12	34
Abstenções	0	2	2
Votos Contra	0	0	0

(NA ALTURA DA VOTAÇÃO ESTAVA AUSENTE O DEPUTADO LUÍS CARVALHO, REPRESENTANTE DA BANCADA DO PS)

-----A Assembleia Municipal ao abrigo da competência prevista na alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e sob proposta da Câmara, deliberou *por maioria*, autorizar a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo a delegar competências na Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos. -----

-----O Deputado Carlos d'Abreu fez a seguinte declaração de voto: *"Para que fique claro. Eu abstive-me, não porque tivesse alguma coisa contra este tipo de protocolos, aliás, parece que o disse, agora abstive-me pelas razões que invoquei, porque continuo a não perceber porque é que no texto dos protocolos não está explícito todas as razões que dão origem a eles"*. -----

-----Passou-se ao ponto «TRÊS» da Ordem de Trabalhos: -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Após a autorização do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, usou da palavra o cidadão **António José Pereira Ramos**, pedindo desculpa por desconhecer que era necessário fazer a inscrição previamente, para referir: -----

-----Vou falar sobre duas questões importantes da nossa terra. Uma, como deparei aqui há pouco na Assembleia Municipal, é sobre uma questão de educação, *mastigar a pastilha elástica ao falar*, que eu saiba não é falta de respeito para ninguém. Falta de respeito será sim dirigirmo-nos a uma Instituição que rege o País, como a Assembleia da República e, levemente dizermos que isto não é uma Assembleia da República. -----

-----A segunda questão, é sobre uma Instituição que recebe do nosso Município mais de trezentos mil euros/por ano, e que teve um escalão que subiu de divisão ao nacional de futebol e abdicou da participação no nacional, isto é, acho que há uma falta de rigor e uma linha orientadora em termos desportivos locais, e que essa orientação que têm em termos de financiamentos desportivos é direccionada só para duas ou três pessoas. -----

-----Assim, a minha intervenção aqui é para alertar a população em geral para que estas situações sejam efectivamente denunciadas, porque não há uma linha orientadora de atribuição de subsídios coerente, isenta e transparente. -----

-----Nesse sentido, a Assembleia Municipal acho que é o Órgão onde nós nos devemos dirigir para alertar este tipo de situações, para que num futuro próximo seja exigido às Instituições a quem é atribuído o subsídio efectivamente a elaboração de um planeamento e de um relatório onde é gasto o dinheiro. Obrigado. -----

-----**Senhor Presidente da Mesa:** Penso que é pessoa suficientemente conhecida, mas importa que numa futura intervenção previamente haja a inscrição e depois a identificação clara da situação da pessoa que pergunta e que intervém nesta Assembleia. -----

-----Relativamente ao ponto que disse directamente respeito a este Órgão, por conseguinte essa é uma consideração que julgo que a sua própria intervenção sobre a menção que eu fiz ao Senhor Deputado que está a dirigir-se a mim ou ao conjunto desta Assembleia *mascando pastilha elástica*, é do foro absoluto interno desta Assembleia, não lhe compete a si tecer



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

qualquer consideração sobre matéria dessa ordem. Sobre os pontos que entender do ponto de vista da freguesia, tem todo o direito e fê-lo. Sobre a questão interna desta Assembleia, enfim é uma questão que diz respeito à própria Assembleia, ao funcionamento do Órgão. -----

-----De seguida referiria dirigindo-se ao Senhor Deputado Carlos d'Abreu: "Uma vez mais o Senhor não está no uso da palavra. Eu estou num direito naturalmente legítimo enquanto Presidente desta Assembleia a responder àquele Senhor que teve uma intervenção pública dizendo-lhe aquilo que entendo dever dizer. Mas, de facto, é um princípio. Se de facto a gente em sociedade não sabe viver, ou seja, se o Senhor estava a mastigar pastilha elástica, e não é a forma adequada, eu acho que é uma questão de princípio". -----

-----Foi lida a **Minuta da Acta** a qual, não havendo objecções, foi colocada à votação que, num universo de trinta e seis Deputados Municipais (ausência do Deputado Luís António Carvalho), foi **aprovada por unanimidade**, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, agradeceu a presença de todos e, pelas 12h.40m, deu por concluída esta Sessão, da qual para constar se lavrou a presente acta, que os Membros da Mesa subscrevem e assinam. -----

O Presidente,

(Dr. António Alberto Almada Guerra)

O Primeiro Secretário,

A Segunda Secretária,

(António Alves Salema)

(Beatriz da Luz Souza Fernandes)

(Acta aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, quatro abstenções e zero votos contra, na Sessão de 20/12/2010)